

MUSEUS PARA A CIDADE DE LISBOA

Libertas assim, as actuais instalações do Museu do Teatro no Paço do Lumiar, este espaço reverteria em favor do Museu da Moda com vantagens, do meu ponto de vista para ambas as partes. O Parque do Monteiro-Mor teria um destino vocacionado para o têxtil e para a moda, enquanto o Parque Mayer teria uma vocação para as artes performativas e fílmicas.

Cumprir-me ainda afirmar que o inverso também é possível ou seja que admito a ideia de que as 3 instituições. Museus do Traje, da Moda e a Moda-Lisboa se venham a concentrar no Parque Mayer. Creio que a reunião destas 3 instituições só

beneficia cada uma delas, os artistas e os estilistas que trabalham nestas áreas, a própria economia e o mercado dela resultante.

Faltará ainda falar do Museu da Música que se encontra temporariamente instalado numa estação do Metro e que necessita nos anos mais próximos de arranjar um espaço condigno para a sua sede definitiva. Não me querendo alongar numa alternativa ao espaço actual, parecer-me-ia que, liberto o Palácio Pimenta, onde está hoje o Museu da Cidade, este poderia albergar o Museu da Música, local onde aliás a colecção de instrumentos musicais do Conservatório Nacional já esteve guar-

dada provinda daquele estabelecimento de ensino.

Todos temos o entendimento que estas decisões são políticas mas foi nossa intenção dar uma achega de análise, tanto mais que o Arqtº Frank Gehry parece ser mais sensível à concepção de espaços culturais que de espaços comerciais e lúdicos, nomeadamente de um Casino que, como foi já anunciado na Comunicação Social, irá para o Mercado da Ribeira, junto ao Cais do Sodré.

Madalena Braz Teixeira

Seminário Temático: "Museus mal instalados ou que fazem falta"

Texto introdutório*

De acordo com a Listagem de museus portugueses, base de dados elaborada pelo Instituto Português de Museus/ Rede Portuguesa de Museus, o Concelho de Lisboa disporá actualmente de perto de nove dezenas de unidades museológicas, distribuídas por quase cinquenta diferentes tuteladas. A esmagadora dimensão destes números dá-nos só por si conta da impossibilidade de ser analisada, aqui e hoje, a realidade museológica da capital em toda a sua complexidade. Naturalmente que existem dentro deste universo enormes diferenças quer na dimensão, quer na ambição de cada uma das instituições. Importará por isso dar primazia de análise aos 'museus de influência', museus que se constituíram como referência, seja pela história, ou pela qualidade das suas colecções ou excelência dos seus serviços.

1. Do conjunto de museus que se podem considerar "mal instalados" na cidade de Lisboa - para retomar a designação temática deste Seminário e dar o mote às intervenções dos nossos convidados - fazem parte algumas das mais antigas instituições museológicas do país, as quais se encontram tuteladas por diferentes serviços da administração pública.

A maior dificuldade que enfrentam hoje é, porventura, a que se liga a situações relacionadas com o edifício que alberga as colecções. Ou seja com a sua localização que, no contexto dos actuais usos urbanos, passou a ser considerada excêntrica, com acessibilidades e estacionamento dificultados; ou porque ameaçados pela urbanização de tradicionais áreas de protecção; ou ainda com o fenómeno recente, mas de crescente preocupação, dos efeitos de obras públicas mal planeadas e pior executadas que têm vindo a colocar em risco a estabilidade estrutural dos edifícios, quer ao nível das fundações, quer das alvenarias de suporte.

Aceitando-se embora que cada particular instituição museológica convoca sempre uma realidade singular, parece pacífico inventariar nesta categoria de dificuldades o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de História Natural (este com as suas três secções: Bocage, Mineralógico e Jardim Botânico), o Museu Nacional do Traje, e o Museu Militar.

Mas outras dificuldades devem ser invocadas, nomeadamente a da aparente perda de vocação museológica de serviços que herdaram a gestão de colecções multi-seculares. As consequências daqui decorrentes podem revelar-se devastadoras para a memória histórica do coleccionismo nacional e nalguns casos conduziu já ao seu completo apagamento, como no caso dos núcleos de antiguidades e de numismática da Biblioteca Nacional. A sua existência remontava aos anos noventa do século XVIII, inicialmente instalados na ala Ocidental do Terreiro do Paço, depois transferidas em 1836 para o Convento de S. Francisco da Cidade e, final-

MUSEUS PARA A CIDADE DE LISBOA

mente, exibidas no novo edifício do Campo Grande inaugurado em 1969. Há poucos anos, o que restava de um espólio várias vezes depredado, emprestado sem retorno ou depositado noutros museus, foi definitivamente retirado do olhar público, perante a geral indiferença dos cidadãos e o silêncio da comunidade museológica.

Deste modo, colecções que tinham sido poupadas em 1808 pelo comissário napoleónico Geoffroy Saint-Hilaire - por as considerar pertença de uma instituição pública¹ -, não resistiram à decisão pouco informada de um Director dos anos oitenta do século vinte. Não que o valor intrínseco das remanescentes colecções fosse particularmente importante, mas porque ocupavam no edifício um espaço de justa visibilidade onde era assumido o seu valor testemunhal e simbólico associado ao conceito setecentista de biblioteca-museu².

Invocamo-lo aqui porque bem pode servir de exemplo a evitar por outras colecções com história. A cidade que já sofreu terramotos físicos e políticos, poderia estar; deste modo, a consentir num terramoto de tipo novo - o do esquecimento. Nunca é demais recordar, a propósito, a gélida predestinação da tradição oral nórdica: "Os povos que não alimentarem as lendas estão condenados a morrer de frio".

Nesta linha de análise, parecem dever ser motivo para a nossa reflexão os casos da colecção setecentista do Instituto Maynense da Academia das Ciências, das oitocentistas do Museu do Instituto Geológico e Mineiro, e as do Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, bem como as mais recentes, mas igualmente importantes, do Museu Agrícola Tropical.

2. A segunda parte de considerações que devem organizar este

Seminário Temático refere-se aos 'museus que fazem falta' ou - não se resistindo à tentação da citação literária - 'os que falecem à cidade'. Em cenário de verdadeira 'explosão museal'³ que já apresenta números que rondam as centenas de unidades em todo o país, o simples anúncio de abertura de um novo museu (ou tão somente da sua concepção em projecto) desencadeia na comunidade museológica reacções naturalmente críticas. O receio pela má utilização de recursos humanos e financeiros aparece sempre em pano de fundo, sobretudo quando as iniciativas partem de instituições públicas, associado ao facto de tantas vezes se assistir, paralelamente, ao lento declinar de iniciativas museológicas já consolidadas no tempo e nas vivências da cidade. Fenómeno que os museólogos italianos apelidam certa-mente de 'síndrome da lua-de-mel museal' e que caracteriza a atitude responsável pela 'coisa pública' em busca de novas sensações, modas, de novas experiências, em contínuo a baterem-se pela abertura de novos museus mas, ao não conseguidos os seus intentos, ausentando-se nos apoios à difícil gestão quotidiana. Nos últimos anos tem vindo a impor-se uma conceção decerto influenciada pela voga internacional - a do museu-âncora, isto é, a de um museu enquanto instrumento de reabilitação urbana, equipamento capaz de contribuir para a revitalização do envelhecido tecido urbano, fixando população, captando públicos, e aumentando, assim, o fluxo de turismo cultural. É isto que explicará, em parte, a associação quase obrigatória que ultimamente se tem vindo a fazer entre intervenção no desenho urbano e construção de novos museus. Têm emergido neste contexto algumas propostas, por ora difusas, de criação de novos equipamentos museológicos na cidade de Lisboa, entre

os quais importa citar - um Museu das Descobertas, um Museu das Artes Decorativas Portuguesas, um Museu da Moda, e, ainda, um Museu da Arquitectura.

A discussão em torno destas propostas não deveria esquecer a imprescindível inventariação e avaliação global das colecções disponíveis, nem abdicar de colocar nos horizontes de hipótese a sua redistribuição em moldes mais racionais e respeitadores dos incidentes históricos.

A finalizar, gostaria de lembrar (por uma vez mais) um Museu que 'falece' à cidade. Refiro-me à reconstituição do Real Gabinete de História Natural da Ajuda (1768-1836) cujo espaço ainda hoje preservado a sul do tabuleiro inferior do Jardim Botânico da Ajuda e os estudos minuciosos que dele se possuem permitem recuperar um património de ideias e de práticas científicas e museológicas únicas em Portugal e uma das mais importantes na Europa do seu tempo.

João Carlos Pires Brigola (Universidade de

¹ *Geoffroy Saint-Hilaire sur sa mission en Portugal*, Paris, 1808, apud E.-T. Hamon, *Le Musée de l'Espagne* (1808), p. 43 e sg.

² Em 1808, o então Director Santos Estevão em prefácio à obra de Manuel Delgado, *Catálogo do gabinete de numismática e antiguidades. 1ª Parte. Antiguidades ibéricas e romanas*, ainda assumia a importância de manter e alimentar a memória colecionista da instituição. De resto, em coerência com essa posição, ao ser inaugurado o actual edifício exibiu-se uma Sala (actual Área de Empréstimo Interbibliotecas) que era um espaço museológico com objectos originários do Museu de Antiguidades.

³ Expressão utilizada pela primeira vez, cremos, em documento da APOM intitulado *Documento preparatório para uma lei de bases do sistema museológico nacional* (1995).

⁴ Cfr. João Carlos Pires Brigola, *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2003.